

Entre relato e representação: narrativas jornalísticas de violência como fenômeno midiático¹

Sergio do Espirito Santo FERREIRA JUNIOR²

Alda Cristina COSTA³

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar elementos para analisar narrativas jornalísticas de violência, um fenômeno midiático da sociedade brasileira, a partir de dois conceitos: o de relato sobre a sociedade e o da representação social. Tomamos essas narrativas como fenômeno midiático, pois, na articulação desses dois níveis, realiza-se um processo de produção de sentido sobre a realidade e o fenômeno da violência urbana, inserindo-a na vida da sociedade. A perspectiva adotada, de caráter qualitativo e interpretativo, baseia-se em pensarmos a narrativa como objeto midiático inserido em uma trama comunicacional. Baseamos nossa compreensão de narrativas jornalísticas em Motta; de fenômeno midiático em Verón e Berger e Luckmann; de relato sobre a sociedade em Becker; e de representações sociais em Moscovici e Jovchelovitch.

Palavras-chave: Narrativa jornalística; fenômeno midiático; relato; representação social; violência.

Introdução

Narrativas que falam da sociedade, que condicionam as nossas percepções sobre o espaço urbano, que se relacionam com o medo que temos na e da cidade. Na sociedade brasileira, parte dessas narrativas emerge do jornalismo e das rotinas midiáticas, ao mesmo tempo em que também são difundidas cotidianamente em redes sociais digitais ou nas relações face a face. Participam, decerto, da formação de uma urdidura simbólica na qual nos situamos, pensamos a nós mesmos e nos relacionamos tanto com o fenômeno da violência urbana quanto com aquilo que identificamos como seus agentes, pacientes e condições. As narrativas levantam questões sobre o que experimentamos, o que pensamos, como sabemos e concebemos nossas realidades.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), com período sanduíche em Sociologia na Universidade do Porto (UP) E-mail: esferreira.sergio@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Doutora em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Professora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA) e coordenadora do projeto Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

A narrativa, ao apresentar enredos, acontecimentos, personagens e valorações, fala-nos sobre a realidade, mas também nos fala do mundo que habitamos, um mundo compartilhado. Organiza simbolicamente nossa realidade, por meio de uma ação simbólica de constituição da ordem na difusão e virtualidade heterogêneas da vida social (MOTTA, 2013). Podemos conceber as narrativas como um problema de conhecimento sobre essa realidade que nos circunda, mas uma realidade a que se sobrepõe o que sobre ela pensamos. Nessa medida, as narrativas, constituídas pela linguagem, tornam-se um objeto socialmente acessível, que participa da construção social da realidade por fenômenos de significação, em que a subjetividade dos atores e das formas sociais, assim como a compreensão sobre essa realidade, é integrada aos objetos da nossa vida. (BERGER; LUCKMANN, 1991).

Esse problema da construção social da realidade pelo jornalismo e pela comunicação não é novo nem inédito. Debruçaram-se já sobre o debate autores que falam, sobretudo, a partir dos estudos de mídia e comunicação, nas perspectivas do contexto, dos conteúdos e das instituições corporativas, ou mesmo a partir da própria Sociologia do Conhecimento, definindo as notícias como constituidoras da realidade como fenômeno compartilhado, como conhecimento sociocultural ou mesmo como um tipo de conhecimento nos termos de “familiaridade” (CORREIA, 2009; MEDITSCH, 2005; MOTTA, 2013; PARK, 1940; TUCHMAN, 2002).

As narrativas, podemos pensar em um primeiro momento, recaem no domínio do conteúdo e olhar para elas requereria apenas uma análise textual, compreendendo seus elementos, como enredo, personagens ou eventos narrativos. No entanto, as narrativas não existem *per se*. Ou melhor, não se relacionam com a realidade como objetos *per se*. Olhá-las é olhar não apenas para a tessitura textual, mas também para a tessitura das relações estabelecidas entre elas e sociedade; entre elas e a realidade social; entre elas e os acontecimentos ou fenômenos que narram; olhá-la como fenômeno comunicacional.

Poder-se-ia afirmar que tal perspectiva poderia constituir aquilo a que Thompson (2011a) se refere como falácia do internalismo – um processo analítico em que as formas simbólicas são consideradas apenas por elas mesmas, com vistas à obtenção de resultados sobre o que emana da mensagem. Pensar, no entanto, esse tipo de pesquisa, de caráter qualitativo e postura marcadamente interpretativa, é relevante à medida que se estão pesquisando temas de subjetividade, como o diz Rosenthal (2014), em um processo de investigação de um texto determinado a fim de reconstituir o seu sentido social, pois o texto

constitui uma realidade autônoma a ser interpretada, uma forma de expressão produzida pelas formas de interação social.

Pensamos essa escrita no âmbito de uma crítica da mídia, mas não a partir da assertiva descuidada segundo a qual as mídias jornalísticas e seus profissionais constituiriam ente perverso, cuja ação seja definida apenas nos termos de manipulação e de uma totalizante colonização ideológica. Antes, a postura que adotamos aqui pressupõe a constituição contextual das narrativas jornalísticas de violência como fenômeno midiático brasileiro, cujos processos de produção e circulação se dão a partir de fatores específicos, como a concentração midiática, em que as mídias de massa desempenham ainda um relevante papel na formação das bases de conhecimento sobre fenômenos sociais (como a violência), por meio das mídias jornalísticas de alcance nacional e, sobretudo, das de alcance local.⁴

Ao sondarmos fenômeno midiático e violência, realizamos um esforço de pensar a complexidade da relação entre os elementos da realidade social e os narrativos. Julgamos que as narrativas jornalísticas de violência não operam nem de um ponto de vista totalizante, tendo efeitos diretos no aumento ou na total compreensão da violência urbana, nem opera como um falseamento da realidade, do ponto de vista da total fabricação da violência nos produtos midiáticos. O processo que se opera é o de produção e difusão de interpretações, de mobilização de conhecimentos sobre as relações em sociedade e sobre o estar na cidade. Falamos da violência de um ponto de vista do condicionamento e disponibilização das formas de conhecimento sobre a violência, circunscritas nas narrativas e delas transbordantes.

Podemos pensar as narrativas midiáticas como difusoras desse conhecimento, em uma relação na qual dialogam com os referenciais que já estão presentes na teia de representações da realidade social e as realimentam. Pensamos a representação, portanto, em uma dupla dimensão: a da narrativa, um relato sobre a sociedade, formatada e construída como produto organizacional, que fala sobre a realidade social, seleciona os fatos, tradu-los e inscreve interpretações sobre eles (BECKER, 2009); e da representação social, a da forma de conhecimento socialmente partilhada (JOVCHELOVITCH, 2000;

⁴ A concentração e as dinâmicas da comunicação midiática no Brasil ainda desempenham um papel relevante na vida pública do país, expresso em conflitos, tensões institucionais, práticas de violência simbólica, clientelismos e deslocamentos de debates públicos. Para Castro (2012), a concentração midiática pode ser definida nos termos de um processo econômico com repercussões socioculturais e política, já que apenas uma pequena parte dos 9477 veículos no Brasil, marcadamente, os grandes grupos nacionais, produz conteúdos próprios, que são reproduzidos por redes de médio e menor porte. Além disso, muitas das redes de alcance regional estão vinculadas a grupos ou figuras políticas, relações que reforçam coberturas viciadas, como a de violência ou mesmo de política.

MOSCOVICI, 2011). Utilizaremos, pois, os dois termos ao longo do trabalho: narrativas midiáticas, como artefato formados por processos organizacionais de feitura; e representações sociais, como formas sociossimbólicas que circulam na tessitura da subjetividade social. Ambas as ideias implicam processos específicos de falar da sociedade, importando para nossa perspectiva, à medida que buscamos compreender mídia e a sua relação com outros fenômenos.

O lugar da violência na mídia

A narrativas jornalísticas de violência como fenômeno midiático, como uma forma produzida socialmente, capaz de condicionar conhecimentos, influi na maneira como pensamos a própria relação entre mídia e violência urbana, à medida que se constitui como fenômeno social em um contexto. De acordo com Wieviorka (2006, p. 201), a violência costuma ser tomada como um objeto difuso pelas Ciências Sociais, objeto a que se responde com a difusa mobilização de teorias e métodos, para compreendê-la e abordá-la, sobretudo porque “o termo violência amalgama um conjunto de noções, todas mais ou menos confusas ou desordenadas”. Compreendemos a crítica do autor, mas pensamos que esse caráter difuso da violência constitui uma das suas especificidades como objeto de pesquisa social, sobretudo, porque as muitas dimensões do fenômeno requerem múltiplas possibilidades analíticas, já que se pode falar da violência no nível psicológico, societal, da sua manifestação física ou mesmo sociossimbólica⁵.

É esse pensamento que nos leva ao terreno da comunicação midiática, pois a violência, que nos é dada conhecer pelas narrativas, é preche de sentido social e desempenha papéis diversos em nossas vidas cotidianas e relação com os espaços urbanos. De acordo com Michaud (2001), a violência constitui mesmo um objeto social heterogêneo, cujo caráter é dado pelas referências normativas de uma sociedade. O autor situa a mídia e a comunicação de massa como aspecto da sociedade contemporânea que deve ser equacionado quando do pensar a violência; sobretudo, porque as mídias são os difusores da evidência indireta e das imagens que medeiam nossa relação com o mundo, transformando

⁵ É preciso considerar essa violência em contexto, pois o fenômeno midiático constitui-se também a partir do fenômeno da violência. Alguns tipos de ocorrência de violência urbana no Brasil, como assaltos, prisões e apreensões de entorpecentes e mesmo homicídios estão relacionados a dinâmicas mais amplas, da própria América Latina, em que países vizinhos ao Brasil o utilizam como rota para o mercado internacional (a partir da Amazônia e do Centro-Oeste) e mercado de consumo (sobretudo o Nordeste e o Sudeste). Desse modo, as violências que se manifestam localmente são consequências de uma dinâmica regional e internacional, assim como da precarização dos modos de vida no Brasil (CERQUEIRA, 2014; UNDOC, 2015).

a experiência com a violência, já que são as representações, e não só as violências imediatas, que definem nossas ideias sobre o fenômeno.

Costa (2005, 2011) define essa relação nos termos de um modelo midiático do espetáculo que realiza uma performance sociocultural, ao difundir ideias sobre violência, interpretações sobre a sua ocorrência, valorações sobre os envolvidos e tendências à descontextualização. Opera-se uma dramatização da violência no âmbito das narrativas, por meio da apresentação de fatos e sua recomposição significativa pelas rotinizações midiáticas, produtora dos artefatos textuais com que nos deparamos: as narrativas jornalísticas sobre violência desses modelos midiáticos⁶, em que “os fatos são tirados de seu contexto concreto e transmitidos como se fossem eventos fragmentados, sem qualquer vínculo com a história, a sociedade, com a economia. (COSTA, 2005, p. 185).

Na década de 1990, quando esse caráter espetacular e sensacionalista se consolidava nas narrativas sobre crime, criminalidade e violência, Adorno (1995) entendia o papel da mídia e do jornalismo policial como o de visibilizar ocorrências que não viriam a conhecimento público em outras condições, ao mesmo tempo em que a tendência à dramatização corroía tal processo pela exacerbação e por uma dimensão encenada que projetava a violência como algo crescente, diante do qual nada se poderia fazer. Ramos e Paiva (2007) apontavam quadro similar na década passada, quando alguns jornais haviam extinguido as editorias de polícia e se havia começado a pensar em segurança pública; mas a ideia de uma cobertura que corre atrás do crime ainda era a tônica das rotinas narrativas das mídias de massa, cuja principal fonte mantinha-se a polícia, tanto ostensiva quanto judiciária, e cuja interpretação da realidade das periferias urbanas ainda redundava na estereotípica periferia violenta.

Podemos falar mesmo, a partir de Martín-Barbero (2000), de uma conjuntura mais ou menos similar na vida urbana latino-americana, em que que “os meios vivem dos medos”. Para ao autor, os meios de comunicação atuam como reforçadores de medos socialmente já existentes, medo da insegurança, do outro, da criminalidade, em um contexto em que a rua e o espaço público dessa cidade insegura expulsam as pessoas da vivência na e com a urbe. Isso torna a mídia um verdadeiro espaço de socialização e de contato com o mundo, em um contexto problemático, em que precariedade e *handicaps* socioculturais

⁶ Modelo midiático do espetáculo é um termo cunhado por Costa (2011) para falar, sobretudo, dos fenômenos de mídia e violência a partir da comunicação midiática na região amazônica. O conceito, no entanto, representa uma possibilidade de se pensarem as rotinas narrativas da mídia brasileira, pois que seus produtos e artefatos misturam as lógicas do jornalismo e do infoentretenimento, além de serem concebidos a partir das ideias de homogeneização do fenômeno da violência, de deslocamentos e de silenciamentos quer sobre os sujeitos sociais quer sobre as realidades complexas que esse fenômeno abarca. (COSTA, 2011).

convivem com a centralidade e a sofisticação da mídia, que tem uma importância desproporcional para a vida cultural da região, tornada possível justamente por essa ausência de espaços de negociação do conflito e pela não representação sensível da própria sociedade. Para ele, a mídia de massa é relevante, sobretudo, do ponto de vista “da formação de imaginários coletivos, isto é, uma mescla de imagens e representações do que vivemos e sonhamos, do que temos direito a esperar e a desejar” (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 32, tradução nossa).

Nesse cenário, muitas das narrativas jornalísticas de violência constituem narrativas policiais, pois apresentam a lógica de relatos de polícia ou mesmo de boletins de ocorrência, apresentando acusados, vítimas, tipo de crime, circunstâncias e possíveis motivações. Quando das especificidades, o jornalismo impresso chega a apresentar fotografias de cadáveres, dos acusados, de drogas apreendidas, dos lugares dos crimes; falas das pessoas envolvidas, testemunhas ou policiais. Já o televisivo apresenta as imagens dos acusados, não mostra cadáveres tão explicitamente, mostra a ação das polícias, entrevista esses policiais, expõe e constrange acusados e vítimas, mas, sobretudo, é alinhavado por apresentadores que os ligam narrativamente em suas performances televisivas. Há também uma tendência que se pode ver na mídia em rede, como em portais, marcadamente, de caráter regional, com a maior fragmentação dessas informações e o amplo uso de material multimídia, como vídeos ou mesmo imagens com marcas de violência explícita.

Tal rotina, ainda que pressuponha inclinações e itinerários de ordem político-mercadológica, tem também um potencial desmobilizador, ao apresentar a não-reflexão e a sentença irrevogável da falência como entendimento da violência urbana. Sobretudo, porque as características desses modelos midiáticos permanecem, basicamente, as mesmas, com poucas alterações ao longo do tempo, principalmente em mídias de circulação regional. A cidade, seus espaços, seus “outros” e o seu “caos”, nesse processo, são dados a ver para os indivíduos em sociedade e, conseqüentemente, passam a ser compreendidos por tais lógicas midiáticas.

À medida que essa lógica do industrialismo da violência é condicionada pela estruturação midiática e pela ocorrência do fenômeno no Brasil, cumpre levarmos em conta que está no cerne das atividades hodiernas dos meios de comunicação do país; não constitui um tema menor nos fenômenos midiáticos sobre o qual refletir; ao contrário, é um dos elementos relevantes para se compreender o que a sociedade pensa sobre o cenário da cidade, da violência, das populações periféricas, do risco, do medo e da insegurança;

compreendendo, sobretudo, a comunicação midiática como parte da vida social, como parte de uma sociedade que fala de si, cujo estudo nos ajuda a compreender a base das representações que temos sobre nós.

O fenômeno midiático como problema de comunicação

Pensar essas narrativas jornalísticas faz-nos, decerto, recorrer à perspectiva da comunicação midiática e àquilo a que nela se realiza, os processos de construção e as rotinas institucionais. Mas, mais do que apenas tomar a mídia ela mesma como comunicação, devemos pensá-la como inserida em relações sociais de natureza comunicativa, em um processo no qual age uma instituição social do poder simbólico (THOMPSON, 2011b) que fala sobre essa sociedade, dentro de um contexto específico, e integra um processo de midiatização da vida social, sobretudo, no que diz respeito aos fenômenos da vida urbana.

Nessa midiatização, as relações entre mídia e sociedade fazem parte de uma condição da vida contemporânea na qual as mídias foram integradas às nossas formas de ver, de estar e de experimentar o mundo, seus sujeitos e a nós mesmo, nos domínios cognitivos, intersubjetivos, micro e macrossociais, que alteram as maneiras como se dá comunicação. No que interessa ao escopo deste artigo, destacamos as perspectivas teóricas de Verón (2014), cuja perspectiva requer pensar a midiatização a partir de uma perspectiva histórica ampla e antropológica, que reflita sobre o processo da semiose nas sociedades humanas, que hoje redundam nas questões tecnológicas e comunicacionais com as quais nos deparamos

Para Verón, essa midiatização refere-se sim à emergência e ao recrudescimento da presença das mídias na vida social. Mas não somente. Ele a situa em um processo de longo termo, um processo pelo qual começamos a significar o mundo, ao nosso redor, marcadamente por meio de objetos e processos de simbolização. Na esteira das reflexões sobre esses mesmos fenômenos e seus partícipes, assim, ele apresenta o conceito de fenômenos midiáticos (*mediatic phenomena*), definido como o produto das nossas capacidades semióticas, constituído por meio da “exteriorização de processos mentais sob a forma de um dispositivo material” (VERÓN, 2014, p. 164, tradução nossa).

Pensar em fenômeno midiático ajuda-nos a compreender e a adotar uma postura teórico-metodológica em que a mídia não é tomada como um fenômeno comunicacional *per se*. A ideia do fenômeno midiático, conforme a define Verón, tem a ver justamente com

a maneira como mídias se configuram como parte de processos de comunicação e constitui a midiática como forma de interação com o mundo, cujo problema principal é o do significado social. O problema da mídia, nessa perspectiva, é o da significação, pois a midiática se inicia quando um objeto ou material deixa de ser ele mesmo e é percebido como um elemento ou artefato potencialmente diferenciado dentro do “espaço psicológico imediato da comunidade”, condicionando comportamentos técnicos de fabricação e de uso em torno de um dispositivo comunicacional, de um meio (*medium*) como meio da significação.

A perspectiva de Verón sobre midiática permite um diálogo com os elementos de significação presentes no mundo da vida cotidiana, conforme o apresentam Berger e Luckmann (1991). Para eles, o problema da sociologia do conhecimento é centrado tanto na realidade quanto no conhecimento, sendo a primeira, nos termos dos autores, uma qualidade de existência independente que reconhecemos haver nos fenômenos; e o segundo, a certeza de que esses fenômenos são reais e possuem características específicas. Falamos assim de “conhecimento que guia condutas na vida cotidiana e [...] realidade como disponível no senso comum dos membros ordinários da sociedade” (1991, p. 33, tradução nossa), à medida que “O mundo da vida cotidiana não é somente tomado como realidade pelos membros comuns da sociedade na condução subjetivamente significativa de suas vidas. É um mundo que se origina de seus pensamentos e ações, e é mantido como real por eles (1991, p. 33-34, tradução nossa).

Podemos afirmar, portanto, que essa dinâmica do fenômeno midiático é razão por que surge o artefato midiático, como as narrativas sobre cuja reflexão nos propomos; ao mesmo tempo em que inferimos que a dinâmica presente nesses processos é de midiática, pois a significação adere aos conhecimentos cotidianos sobre a realidade social, que circulam em um ambiente sociossimbólico. Essa significação, como a definem Berger e Luckmann, consiste na objetivação de subjetivações, transformando-as em um “constituente objetivamente acessível da realidade” (*objectively available constituent of reality*), algo do ponto de vista de um artefato social, um objeto socialmente acessível, parte da formação dessa base do conhecimento da vida cotidiana, que os sujeitos assumem em um mundo intersubjetivo, um mundo compartilhado, construído sobre estoques sociais de conhecimento.

O fenômeno midiático, portanto, e as narrativas jornalísticas de violência como fenômeno midiático participam desse processo, pois é nelas, enquanto artefato, que se

encontram inscritos significados sociais, que as tornam potenciais difusores de conhecimento sobre a realidade, capazes de aderir aos estoques de conhecimento da sociedade e de ser posto em circulação no mundo compartilhado da vida cotidiana, no domínio da experiência e do vivido. Narrativas que não subsistem no vácuo e que são, contemporaneamente, relevantes objetos sociais que pressupõem uma relação comunicativa com a vida social. A dinâmica que se produz é uma dinâmica de complexificação do papel da mídia que, além de mediar nossas relações com os fenômenos, difunde lógicas de perspectivação e de interpretação sobre eles. Se pensarmos que esses fenômenos midiáticos, nos põem em interação com o mundo e com os sujeitos, podemos passar a pensar, então, que as narrativas são algo mais do que apenas uma manifestação material, e que as narrativas jornalísticas de violência são mais complexas na sua persistência na sociedade.

As narrativas entre relato e representação

Essas implicações da violência, da maneira como concebem o mundo que vivemos e nos situam nele, levam-nos a pensar, a partir de Motta (2013), as narrativas jornalísticas como uma produção sociocultural, a cujo projeto se alinha uma compreensão narrativa da realidade, estabilizando significados, definindo normas e desvios. Porque não só relatos representativos, são uma forma de constituição do nosso mundo, estabelecem condições para que ele exista significativamente. Elas participam de uma disputa pela criação dos sentidos públicos dos eventos, à medida que são uma ação simbólica de organização da experiência de uma sociedade.

As narrativas jornalísticas de violência, assim, podem ser um material simbólico, um artefato de análise e uma passagem à compreensão de um projeto dramático, envolvido na coconstrução da realidade. Já a comunicação narrativa, enquanto processo comunicacional, envolve a performance dos sujeitos interlocutores, admitindo-se a interlocução com um destinatário difuso ou ausente, sobretudo nas mídias de massa, com influências recíprocas, tanto em processos assimétricos quanto simétricos. Olhar para as narrativas jornalísticas de violência permite-nos compreender como elas apresentam e representam a complexidade das relações sociais, inseridas em um processo de negociação político e simbólico e na diária disputa por verdades e sua construção.

Isso nos leva à dupla dimensão de análise dessas que pretendemos apresentar, pois a constituição das narrativas jornalísticas de violência como fenômeno midiático, envolvido nos processos acima apresentados resulta da articulação desses dois níveis, que devem ser

pensados quando de sua análise. Apresentamos, a seguir, os elementos conceituais da perspectiva teórica de Becker (2009), sobre os relatos sobre a sociedade, e de Moscovici (2011), sobre as representações sociais, ambos pontos de vista que consideramos relevantes para pensarmos as narrativas jornalísticas de violência

A dimensão do relato

O relato sobre a sociedade é entendido por Becker (2009) como um produto organizacional que fala sobre a realidade social e a apresenta, por meio de uma rotina técnico-formal e mesmo de inscrição simbólica no artefato, realizadas a partir da linguagem e da finalidades dos campos em que são produzidas, dos seus mundos produtores de relatos; Portanto, o relato como “uma ‘representação’ da sociedade é algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social. [...] Representações de uma porção da realidade [...] maneiras de falar sobre a sociedade ou alguma parte dela” (2009, p. 18-19).

Existe um processo de feitura desses relatos, afetados pela organização social segundo a qual os produtores realizam operações de transformação sobre a matéria-prima da realidade. De acordo com o autor, um relato é sempre parcial, tanto em experiência quanto nas possibilidades que ele oferece de interpretarmos essa realidade e seu contexto. Esses relatos são orientados a falar algo, focalizando alguns elementos mais do que outros, e as várias operações sobre a realidade são feitas tanto por produtores quanto por usuários, a fim de que se chegue à compreensão do que esses relatos querem comunicar.

Desses fatos transformados em relatos emerge “uma descrição de como as coisas são: como alguns tipos de coisa são, em algum lugar, em algum momento” (2009, p. 23). Nas atividades representacionais, os produtores utilizam procedimentos que conferem um status factual às representações, reconhecido e legitimado pela comunidade interpretativa. No entanto, fatos não são realidade dadas e acabadas, antes pressupõem uma teoria explicativa, que dá conta dos elementos descritos. “Um relato sobre a sociedade, portanto, é um dispositivo que consiste em declarações de fato, baseadas em evidências aceitáveis para algum público, e interpretações desses fatos, igualmente aceitáveis para algum público” (2009, p. 26).

Na atividade representacional, as pessoas-produtores não partem do nada para coletar os fatos da sociedade e os interpretar: eles recorrem ao que já se disse, usam as formas, os métodos e as e as ideias de que o grupo social dispõe, as convenções para o fazer. Os artefatos-relatos sobre a sociedade pressupõem atividades organizadas, inseridas

num contexto organizacional, à medida que as pessoas contam o que se pensa saber às que querem saber. Portanto, esses artefatos-relatos têm de ser vistos “como restos congelados da ação coletiva, reanimados sempre que alguém os emprega” (2009, p. 27), como, por exemplo, na passagem dos acontecimentos para as narrativas de violência.

A dimensão constitutiva das narrativas de violência, abarca as rotinas midiáticas corporativas, que institucionalizam e convencionam a produção jornalística sobre determinadas temáticas. Esse relato é formatado na esteira dessas transformações sobre os elementos da realidade social, inscritos nas narrativas e postos em circulação quer em editoriais de polícia, em programas policiais ou em reportagens difusas sobre a violência nas cidades. O relato é o momento de emergência do fenômeno da violência como inscrição interpretada, oferecida à sociedade como forma de compreensão do problema público, para o qual convergem os fatos organizados de modo narrativo, a partir da rotina da feitura.

Olhar essa atividade de produção é importante, porque, como o próprio Becker afirma, os relatos comportam uma tentativa de controle do que os usuários fazem das representações, de restringir seus usos e interpretações, ainda que esses usuários o possam transformar. No que tange às narrativas de violência, esses tensionamentos são potencialmente de outra natureza, já que a ideia já circulante na sociedade, já tomada por realidade, comporta os elementos reiterados pelas narrativas de violência, quer que a periferia seja violenta, que a criminalidade aumente exponencialmente, que a violência policial seja a medida necessária para pôr fim à violência urbana. Quando se trata das narrativas de violência, às ideias inscritas pelos produtores nas narrativas aderem não só fórmulas do jornalismo policial, dos programas espetaculares, mas também os deslocamentos que advém do medo e da própria imagem da violência que nós temos.

Podemos pensar a partir de alguns conceitos de Becker, envolvidos na ação de representar pelo relato, que compete aos produtores e aos seus mundos organizacionais: seleção, tradução e arranjo. A seleção está assente na necessidade de incluir algo e excluir uma grande parte da realidade, quando dos empregos convencionais dos meios. No caso das narrativas de violência, essa seleção se manifesta nos âmbitos temáticos, daquilo que será considerado como violência, marcadamente ocorrências de crime e criminalidade; excluindo-se formas de violência como a violência de gênero, racismo, violências dos conflitos sociais, etc., incorporando somente eventos que tem relevância nessa compreensão estreita da violência urbana, e que podem redundar em impactos mercadológicos e políticos.

A tradução consiste na transposição dos elementos da realidade para elementos convencionais, apresentando uma realidade reduzida em um determinado gênero. Para as narrativas jornalísticas, pode-se pensar que as informações coletadas, fornecidas pelas polícias, testemunhas, vítimas ou acusados, perfazem seu caminho até a narrativa, sendo elementos difusos dos eventos traduzidos nos elementos do itinerário dos crimes. Isso leva ao arranjo, que consiste na ordenação dos elementos selecionados e traduzidos, oferecendo as interpretações e compreensões sobre os fatos, apresentando, por exemplo, a causalidade desses eventos. O arranjo com o qual lidamos é, marcadamente, o da narrativa jornalística; isso ordenará a apresentação da síntese dos crimes em um lead ou um comentário, tecerá significativamente elementos de um início, meio e fim desses acontecimentos, oferecerá as razões para o desfecho do evento, apresentará os envolvidos como personagens e o acontecimento como uma história com um enredo.

A dimensão da representação

O conceito de representação com o qual dialogamos neste trabalho advém da Teoria das Representações Sociais, de Moscovici (2011), para quem elas fazem parte de um ambiente sociossimbólico que nos cerca e que nós habitamos. As representações são formas de conhecimento socialmente partilhada, produzidas interativamente em nossa vida cotidiana e por ela. Trata-se de um tipo de conhecimento que pode ser definido como da ordem do senso comum, que fala sobre história, tradições, identidades e modos de estar no mundo. Para o autor, como são produzidas na interação, estabelecem comunicação na qual os domínios do cotidiano e das nossas relações se processam pelas representações.

A especificidade de se considerar esse tipo de representação está em pensar a comunicação em um processo social, mais especificamente, de cognição social. Essas representações são condicionadoras de condutas frente àquilo a que temos que responder, frente aos objetos sociais da nossa vida cotidiana, relacionando aparência e realidade, definindo aquilo que representamos como essa realidade. Elas se formam em uma atmosfera social e cultural, em que agentes, como os meios de comunicação de massa, respondem à necessidade de re-constituir o senso comum, entendido como substrato de imagens e sentidos das coletividades; essas representações passam a constituir um fenômeno à parte, relacionado àquilo cujo saber elas nos dão.

Tal é o papel se pensar as representações sociais projetadas e inscritas nas narrativas jornalísticas de violência. De acordo com Jovchelovitch (2000), como a violência é parte

dessa vida social brasileira, ela pressupõe as representações sociais como espaço simbólico e campo de significação, no qual a mídia é um dos atores que as produz e, no Brasil, tensiona o público e privado, realizando as discussões públicas por razões privadas, o que é evidente na atuação das mídias jornalísticas do país.

A mídia representa uma instância de produção dessas representações no âmbito da vida coletiva e da vida cotidiana, fazendo circular ainda mais contradições e tensionamentos em um contexto no qual proliferam uma realidade social problemática e representações que a negam ou a enviesam. Isso leva, portanto, à compreensão de que, “nesse sentido, o problema é de como representações sociais e a vida pública se relacionam, ou seja, como a vida pública dá origem a representações que se tomam, elas mesmas, constitutivas do objeto que originalmente as formou” (Jovchelovitch, 2000, p. 32).

É relevante investigar as narrativas jornalísticas de violência do ponto de vista das representações sociais porque elas constituem parte do fenômeno da violência na sociedade brasileira, a partir da subjetividade, daquilo que pensamos sobre ela, daquilo que imaginamos sobre a cidade, do que concebemos como risco, dos indivíduos que consideramos perigosos, das avaliações morais que fazemos, condicionando esses elementos na nossa ação diante do objeto social que é a violência urbana. A representação “sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é gradualmente ideal, gradualmente torna-se materializado. (MOSCOVICI, 2011, p. 41, grifo do autor).

As narrativas, assim, fazem parte de um campo problemático que, nas suas dimensões de fenômeno objetivo e sociossimbólico, é configurador da vida social no contexto brasileiro, pois as imagens e narrativas da mídia transmutam-se em saber e conhecimento sobre a sociedade e quem somos nós perante ela. Isso nos leva ao nível analítico das representações sociais, qual seja, o da ancoragem e da objetivação, que tornam o não-familiar em familiar e, em última instância, naturalizam-no, fazendo-o existir em uma realidade vivível, tangível, concreta, em que o difuso e profuso são organizados significativamente.

A ancoragem processa a categorização e a nomeação daquilo que nos desestabiliza, facilitando a interpretação das intenções ou motivações nas condutas das pessoas, nas ações ou nas conjunturas sociais. O que as narrativas fazem é justamente isso: apresentam elementos reconhecidos como pertencentes ao domínio da violência urbana, identificando

os casos a partir de categorias de crimes, como homicídios, assassinatos, assaltos, etc.; nomeando e tipificando os acusados, quer como ladrões ou bandidos quer como meliantes ou vagabundos; além de indicar relações entre elementos como a ocorrência dos crimes e espaços urbanos, como a periferia ou territórios específicos, que passam a integrar uma categoria do entendimento da violência urbana. A ancoragem, como processo de subjetividade social operado a partir do âmbito midiático, torna-se parte das ideias compartilhadas, compondo e realimentando uma espécie de vocabulário sobre a violência encontrado na vida cotidiana.

A objetivação, como consequência da ancoragem, processa a efetiva transformação desses elementos naquilo que percebemos como a realidade da vida social, naquilo que é a experiência do vivido, materializando abstrações, por meio de sentidos concretos que equivalham aos objetos a que as palavras se referem; formam, assim, um núcleo figurativo, um paradigma de sentidos, presente nas formas significantes relativas aos fenômenos. No nível da narrativa e da relação que por ela se processa, a objetivação acontece na reiteração dos elementos que descrevem a violência urbana, que a tipificam. À medida que as ideias ancoradas se tornam a verdadeira compreensão e aquelas reconhecidas para o fenômeno, a objetivação das imagens pelas palavras institui o corpo de conhecimento social usado para se referir ao fenômeno, para conceber a violência como algo que nos cerca e faz parte da nossa experiência.

Assim, a violência de que a mídia fala, cujas narrativas encenam a falência da sociedade, integra, ao conhecimento que usamos para nos situarmos no mundo, as interpretações da violência iminente, da sociedade dividida entre bons e maus, da guerra e do caos urbano, da violência que, deslocada e estereotípica, pode ser avaliada em termos morais e individuais, prescindindo de avaliações societais pertinentes e complexas. De modo que a ideia representada pelo senso comum em nossa sociedade continua a ser alimento para as narrativas e para as representações, prevalecendo na vida coletiva.

Considerações finais

O fenômeno midiático é um processo social cuja significação é constituída a partir das experiências e do conhecimento do mundo compartilhado. O mundo compartilhado é amplo, mas as narrativas jornalísticas participam dele porque são, ao mesmo tempo, substrato para a difusão de sentidos sociais e produto desse substrato. A relação entre mídia e sociedade é complexa, mas, no que tange à violência, permanece ainda um fenômeno sobre o qual se

refletir. Sobretudo, porque, se encarmos do ponto de vista do conhecimento que a sociedade tem de si, o próprio fenômeno não é entendido de uma perspectiva holística, mas pelas muitas narrativas que se difundem no tecido social.

Essas narrativas jornalísticas de violência participam da formação desse mundo e estão presentes do processo de definição dos acontecimentos, pela disponibilização de conhecimento sobre a realidade social e cotidiana, quer de dentro quer de fora do contexto. Pensamos as narrativas, portanto, nessa conjuntura da partilha do mundo, com potencial organizativo sobre essa realidade, operando em termos de um rearranjo simbólico na vida representacional, que parte das narrativas, potencializa-se nas interpretações nela inscritas e por ela possíveis, abarcando fenômenos, acontecimentos, sujeitos e territórios.

Pensar essas narrativas enquanto fenômenos midiáticos, permite reinseri-las em processos sociais de significação e da compreensão coletiva de um fenômeno social, pois que a mídia desempenha ainda um papel relevante no fazer circular de tais sentidos sobre a violência em artefatos narrativos, que participam da tessitura da experiência, das percepções e das relações.

Procuramos aqui pensar essas concepções sobre o fenômeno midiático das narrativas jornalísticas de violência, a fim de destacar possibilidades analíticas de o encarar em uma perspectiva complexa dando ênfase à produção social dessas narrativas. O entendimento desse processo abre mais possibilidades ainda, já que a compreensão não totalizante do papel das narrativas, mantém-nos abertos a conceber os tópicos da comunicação midiática no pertencimento a dinâmicas nas quais nós mesmos estamos amplamente inseridos.

Referências bibliográficas

ADORNO, S. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, M. W. (Org.). . **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: ECA/USP; Brasiliense, 1995. p. 181–188.

BECKER, H. S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**: a treatise in the Sociology of Knowledge. London: Penguin Books, 1991.

CASTRO, F. F. **Comunicação, poder e democracia**. Belém: Labor, 2012.

CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

CORREIA, J. C. **Teoria e crítica do discurso noticioso**: notas sobre jornalismo e representações sociais. Covilhã: Livros LabCom, 2009.

- COSTA, A. C. Um olhar midiático sobre a violência. In: BRITO, D. C.; BARP, W. J. (Org.). **Violência e controle social: reflexões sobre práticas de segurança pública**. Belém: Numa/UFPA, 2005. p. 173–190.
- _____. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, M. A. et al. (Org.). **Comunicação Mediatizada na e da Amazônia**. Belém: Fadesp, 2011. p. 179–204.
- JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, J. La ciudad: entre medios y miedos. In: ROTKER, S. (Org.). **Ciudadanías del miedo**. Caracas: Nueva Sociedad, 2000. p. 29–35.
- MEDITSCH, E. Journalism as a form of knowledge. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 2, p. 121–136, 2005.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- PARK, R. E. News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge. **The American Journal of Sociology**, v. 45, n. 5, p. 669–686, 1940.
- RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- TUCHMAN, G. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J. P. (Org.). **Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 91–104.
- UNDOC. **World Drug Report 2015**. New York: United Nations, 2015.
- VERÓN, E. Mediatization theory: a semio-anthropological perspective. In: LUNBDY, K. (Org.). **Mediatization of Communication**. Berlin: De Gruyter, 2014. p. 163–174.
- WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.